

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **I - UNIDADES ATENDIDAS PELO ESTUDO**

Secretaria Municipal de Obras e Saneamento

### **II - ÁREA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Obras e Saneamento

### **III - INTRODUÇÃO**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa embasar a contratação de empresa especializada para a implantação de um reservatório de água potável no loteamento Recanto da Gameleira, distrito de Cocais, que se faz necessária devido a expansão urbana e a crescente demanda por abastecimento hídrico regular e seguro.

Um reservatório de água implantado em local adequado e com a capacidade compatível com a demanda garante a continuidade e regularidade do abastecimento, mesmo em situações de falhas temporárias no fornecimento principal, pode melhorar o desempenho hidráulico, reduzindo as perdas, e possui capacidade de ampliar o atendimento para novas áreas urbanas em crescimento.

A partir deste diagnóstico, o ETP avançará na identificação de alternativas viáveis, na definição dos requisitos técnicos mínimos e na elaboração de estimativas preliminares de custo e prazo, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes da Administração Pública.

### **IV- OBJETO**

Contratação de empresa especializada para implantação de reservatório metálico com capacidade de 150 m<sup>3</sup> no loteamento Recanto da Gameleira, distrito de Cocais, Barão de Cocais – MG.

### **V - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A implantação de um reservatório de água potável no bairro Recanto da Gameleira, distrito de Cocais, mostra-se necessária em razão da atual forma de abastecimento, que ocorre por meio de poço artesiano, sem a existência de estrutura adequada para o armazenamento da água captada.

Ressalta-se que o processo de contratação anteriormente instaurado restou frustrado, não tendo alcançado êxito em sua finalidade, motivo pelo qual se faz necessária a realização de novo processo de contratação, a fim de atender à demanda existente.

A instalação do reservatório permitirá garantir a continuidade e a regularidade do



abastecimento, inclusive em situações de falhas temporárias no sistema de fornecimento principal, além de contribuir para a melhoria do desempenho hidráulico da rede, com redução de perdas. Ademais, a nova estrutura possibilitará a ampliação do atendimento a novas áreas urbanas, contemplando a população do bairro Mata do Povo e parte da população do Centro do Distrito de Cocais.

## **VI - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

Para o exercício de 2026, o Município de Barão de Cocais elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA), no qual não foi prevista a contratação do objeto em questão.

Ressalta-se, entretanto, que a despesa encontra-se prevista nos demais instrumentos de planejamento orçamentário, especialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei nº 2.239/2025) e no Plano Plurianual – PPA (Lei nº 2238/2025).

A contratação proposta não foi incluída originalmente no referido plano, uma vez que, à época de sua elaboração, não havia previsão orçamentária nem confirmação de disponibilidade de recursos financeiros suficientes para viabilizar a execução da obra. Posteriormente, o Município foi contemplado com repasse financeiro específico destinado à construção do reservatório, caracterizando fato superveniente relevante.

Diante desse novo cenário e considerando a necessidade de implantação do reservatório no Distrito, a Administração Pública deliberou pela priorização da contratação, utilizando-se parte dos recursos oriundos do repasse recebido, com complementação por recursos próprios do Município, de modo a assegurar a execução integral da obra.

A contratação é essencial para assegurar a regularidade, a continuidade e a segurança do abastecimento de água no Distrito, diante do aumento da demanda e da inexistência de estrutura adequada para armazenamento. A implantação do reservatório contribuirá para a melhoria da eficiência operacional do sistema, a redução de riscos de interrupção do serviço e o adequado atendimento à população local. A medida encontra-se amparada pelo art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019, que autoriza a inclusão de contratações não previstas no PCA quando decorrentes de fatos supervenientes devidamente justificados e necessárias ao atendimento do interesse público.

## **VII - REQUISITOS NECESSÁRIOS À SOLUÇÃO**

A obra será executada conforme o estabelecido no edital e seus respectivos anexos, nas quantidades especificadas na planilha, devidamente aprovados pela Prefeitura Municipal de Barão de Cocais.

A empresa contratada será responsável por fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos especificados na planilha orçamentária e nos memoriais descritivos, garantindo a correta adequação desses itens à obra do reservatório. Esta medida visa evitar que instalações futuras comprometam a obra concluída, prevenindo danos e prejuízos aos serviços já executados.

Todos os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com os princípios de boa prática técnica e atender, rigorosamente, às normas brasileiras aplicáveis à construção civil. Em caso de divergências na interpretação dos documentos fornecidos, será adotada a seguinte ordem de prioridade:

Em caso de divergências entre a especificação da planilha orçamentária e os desenhos/projetos fornecidos, a Prefeitura Municipal de Barão de Cocais deverá ser consultada.

Em caso de divergência entre projetos com datas diferentes, prevalecerá o mais recente. Em caso de divergências no projeto, como entre as cotas dos desenhos e a representação gráfica em escala, a Prefeitura Municipal de Barão de Cocais deverá ser consultada.

A contratante, Prefeitura de Barão de Cocais, por meio da Secretaria de Obras e Saneamento, designará engenheiros, arquitetos e seus prepostos para acompanhar e fiscalizar as obras.

### **DA VISTORIA FACULTATIVA AOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

- Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **VIII - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO**

A contratação de empresa para implantação de reservatório metálico, por se tratar de uma obra de infraestrutura, envolve a composição de diversos itens, descritos detalhadamente no orçamento sintético analítico.

| Item | Descrição   | Unidade de medida | CATSER | Quantidade |
|------|---|-------------------|--------|------------|
| 1    | Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para implantação de reservatório de água potável no loteamento Recanto da Gameleira, distrito de Cocais. | unidade           | 5622   | 1          |

## IX - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

### Planejamento e alinhamento com as práticas de mercado

O planejamento e a instrução dos processos licitatórios estão em consonância com as práticas adotadas no mercado, especialmente no que se refere à identificação de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração Pública.

Considerando os requisitos definidos e as opções disponíveis no mercado, foram analisados aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Dessa forma, a solução escolhida atende ao objetivo esperado de maneira otimizada.

A análise das alternativas viáveis foi realizada durante a fase de elaboração dos projetos, garantindo que a escolha final seja a mais adequada para as necessidades.

Este levantamento de mercado visa, entre outros objetivos, analisar as alternativas possíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica para a escolha da solução contratada para a execução do reservatório metálico.

### Opções de soluções tecnológicas disponíveis no mercado

Para definição da capacidade do reservatório foi considerado atendimento a 240 lotes, estimando atender 5 habitantes por lote, e 1,5 dias de autonomia de consumo. Dessa forma, chegou-se ao valor de 150m<sup>3</sup> para o reservatório.

Na indústria da construção civil, cada projeto é um quebra-cabeça complexo de materiais, recursos e tempo. A escolha dos métodos construtivos adequados é crucial, pois impactam diretamente na eficiência, custo e qualidade das obras. Nesse contexto, explorar e compreender as nuances de cada método construtivo é fundamental para tomar decisões estratégicas que impulsionem a excelência na execução dos projetos.

A seguir, apresentamos informações das principais soluções disponíveis no mercado atualmente:

#### **1. Reservatórios Metálicos**

Vantagens: rapidez na instalação, pois são fabricados previamente (em módulos ou inteiros) e montados no local, dessa forma, o tempo de obra é significativamente menor do que o de reservatórios em concreto, possui leveza e facilidade de transporte,



modularidade e possibilidade de ampliação, boa vedação, alta durabilidade com tratamento anticorrosivo, menor impacto na fundação pois por serem mais leves, exigem fundações menos robustas e, muitas vezes, mais baratas.

Desvantagens: susceptibilidade à corrosão pois sem manutenção adequada (pintura, galvanização ou revestimento interno), o metal pode oxidar rapidamente, comprometendo a estrutura, dessa forma, é exigido tratamentos superficiais adequados e atenção às normas, requer maior custo de manutenção pois necessita de inspeções regulares, reaplicação de pintura anticorrosiva e eventuais substituições de partes corroídas, pode ocorrer dilatação térmica pois o metal se expande e se contrai com variações de temperatura, o que pode gerar trincas ou vazamentos nas conexões se mal projetado e baixo isolamento térmico pois esquenta mais rapidamente com o sol, o que pode afetar a qualidade da água em climas mais quentes.

## **2. Reservatórios com Revestimento em Membrana (PVC-P)**

Vantagens: vedação total e confiável pois a membrana impede vazamentos, mesmo em estruturas metálicas sujeitas a deformações ou dilatações térmicas e assim reduz significativamente o risco de infiltrações e contaminações, possui alta durabilidade química e física pois o PVC-P é resistente à ação de diversos agentes químicos e à degradação por radiação UV (quando protegido), aumentando a vida útil do reservatório, facilidade de limpeza e manutenção pois o material liso da membrana evita acúmulo de sedimentos e facilita a higienização periódica do reservatório, redução de corrosão estrutural pois a membrana evita o contato direto da água com as partes metálicas, o que protege a estrutura interna contra corrosão, a instalação é rápida pois a aplicação da membrana é simples, reduzindo o tempo de montagem em comparação com soluções que exigem impermeabilização rígida, flexibilização e adaptação pois pode ser usada em diferentes formatos de reservatórios (cilíndricos, retangulares, modulares, etc.) e permite montagem em locais com condições ambientais variadas, uso em sistemas desmontáveis/modulares, ideal para reservatórios que podem ser desmontados e reinstalados em outro local.

Desvantagens: sensibilidade a perfurações e rasgos, pois a membrana apesar de resistente, pode ser danificada por objetos cortantes ou pontiagudos durante a instalação, limpeza ou manutenção, assim, é preciso cuidado ao manusear ferramentas e ao pisar dentro do reservatório, possui dependência de mão de obra especializada pois a instalação correta da membrana exige profissionais qualificados para garantir vedação eficiente e evitar dobras mal feitas ou pontos de falha, vida útil limitada (comparada ao aço ou concreto) pois a membrana tem vida útil média de 10 a 20 anos, dependendo da qualidade, uso e exposição, podendo precisar ser substituída antes da estrutura metálica, sensibilidade a altas temperaturas e UV (quando exposta) pois o PVC-P pode se degradar se exposto diretamente ao sol ou a temperaturas muito elevadas. Em locais expostos, é necessário proteger a membrana com cobertura ou pintura especial, custo inicial da membrana pois embora o reservatório metálico modular seja competitivo, o custo da membrana pode elevar o valor inicial em comparação a soluções sem revestimento (como tanques simples de polietileno) e possibilidade de bolhas ou descolamento pois se não for bem aplicada ou se houver falhas na base estrutural, a membrana pode formar bolhas ou





soltar-se com o tempo.

### **3. Reservatórios em Concreto Armado**

**Vantagens:** Os reservatórios em concreto armado podem ser enterrados ou semienterrados, possuem alta durabilidade e vida longa, alta resistência a intempéries e impactos a agentes químicos (especialmente quando impermeabilizado corretamente), alta estanqueidade, pois quando bem executado evita infiltrações e contaminações, é facilmente impermeabilizável com mantas ou aditivos cristalizantes, possui estabilidade térmica pois a massa térmica do concreto reduz variações de temperatura da água, o que ajuda a preservar sua qualidade, é ideal para locais com exigência estética ou onde o espaço é limitado, pode ser moldado com formatos e dimensões personalizados, não sofre com ferrugem ou deformação estrutural como materiais metálicos ou plásticos.

**Desvantagens:** Custo inicial mais elevado, tempo maior de execução pois a construção exige etapas como escavação, armação, fôrmas, concretagem, cura e impermeabilização — o que leva semanas ou meses, dependendo do porte, necessidade de mão de obra qualificada pois requer engenheiro civil para projeto estrutural e execução cuidadosa para evitar fissuras e falhas de impermeabilização, maior peso e impacto estrutural pois necessita de fundação adequada, risco de fissuras, pois a estrutura pode sofrer fissuração por retração, recalques diferenciais ou falhas na execução, comprometendo a estanqueidade se não for impermeabilizado corretamente e dificuldade de ampliação, pois por não ser modular, se houver aumento de demanda, normalmente precisa-se construir um novo reservatório.

Portanto, após análise das vantagens e desvantagens das soluções tecnológicas encontradas no mercado, optou-se pela escolha do reservatório metálico devido maior rapidez e facilidade na montagem e pelo fato do mercado possuir reservatório com a capacidade suficiente para suprir a necessidade do local.

#### **Possibilidade de atendimento por meios próprios**

Considerando a necessidade de mão de obra especializada, o município, muitas vezes não possui servidores ou prestadores de serviços aptos à execução da obra ou equipamentos necessários.

Conclui-se, portanto, pela necessidade de contratação de empresa especializada para a execução da obra por parte do município a fim de otimizar a eficiência e qualidade dos serviços.

Apesar da recomendação de contratação de empresa especializada, não se faz necessária a realização de audiência pública, uma vez que o objeto possui critérios bem definidos, em virtude da padronização e da adoção de práticas comuns de mercado.

#### **Regime de execução “Empreitada por preço unitário”**

O regime de empreitada por preço unitário é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por



unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em função dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem, de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço. A execução das unidades se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados.

Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento. Exemplos típicos incluem execução de fundações, serviços de terraplanagem, desmontes de rochas, implantação, pavimentação ou restauração de rodovias, construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana, obras portuárias, dragagem e derrocamento, reforma de edificações e construção de poços artesianos.

### **Da complexidade técnica: “obra comum de engenharia”**

O objeto deste estudo é a implantação de reservatório de água potável no loteamento Recanto da Gameleira, no Distrito de Cocais. O projeto referenciado, tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da construção, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando-se em conta que:

- I. Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- II. Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- III. Os métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados são amplamente utilizados no setor;
- IV. Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- V. Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.



### Forma de seleção do fornecedor e modalidade de licitação

A análise abrange aspectos técnicos, econômicos e logísticos, garantindo a melhor opção para a execução do projeto.

É sabido que para a contratação do objeto pretendido, considerando o valor estimado, há formas distintas de modalidades licitatórias, nos moldes da Lei nº 14.133/2021. As alternativas incluem dispensa de licitação de pequeno vulto, pregão eletrônico e concorrência eletrônica/presencial.

A Dispensa de Licitação de Pequeno Vulto excede os limites estabelecidos para despesas de pequeno vulto previstas no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021. A dispensa de licitação é aplicável quando o valor estimado da contratação é relativamente baixo, simplificando o processo ao dispensar formalidades mais rigorosas. No entanto, essa dispensa não se aplica ao caso em questão devido ao valor estimado preliminarmente.

Já no que se refere ao Pregão Eletrônico, modalidade de licitação especialmente voltada para aquisição de bens e serviços comuns, incluindo os de engenharia, baseia-se na disputa de preços entre os licitantes. É uma opção ágil e transparente, adequada para contratações de obras de engenharia que se enquadrem na definição de bens e serviços comuns. No entanto, essa opção não se aplica ao caso em questão devido ao enquadramento como obra e serviços comuns de engenharia.

A legislação, também, apresenta como opção o Sistema de Registro de Preços (SRP), indicado quando há previsão de contratações recorrentes do mesmo item. Essa modalidade permite a aquisição escalonada, conforme a demanda, contribuindo para a redução de estoques e custos, mas não se aplica ao presente caso.

A concorrência eletrônica, regida pelo Art. 2º, inciso VI da Lei nº 14.133/2021, caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, da referida lei como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

Na concorrência, a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem o preenchimento dos requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital. Envolve a análise detalhada de propostas técnicas e comerciais e é indicada para obras conforme conceito estabelecido no Art. 6º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

Neste caso, a modalidade licitatória adotada será a **Concorrência**, devido às especificidades técnicas envolvidas na construção do reservatório.

Os projetos que compõem a obra devem ser executados com excelência para garantia do bom funcionamento de todos os sistemas e garantir a durabilidade e a funcionalidade dos materiais utilizados, uma vez que as unidades lidam diretamente com crianças e bebês e qualquer falha estrutural ou de instalação pode comprometer a segurança dos usuários e a eficácia dos serviços prestados. Essas exigências técnicas e normativas justificam o enquadramento como obras e serviços comuns de engenharia, requerendo uma seleção



críteriosa das empresas envolvidas por meio da modalidade de concorrência.

Cumpra informar, ainda, que a Lei nº 14.133/2021 em seu Art. 29, determina que a concorrência e o pregão sigam o rito procedimental comum, ou seja, contemplando as fases preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

### **Do critério de julgamento: “menor preço global”**

A modalidade de concorrência eletrônica para contratação de bens e serviços especiais, assim como obras e serviços comuns e especiais de engenharia, pode utilizar diversos critérios de julgamento, conforme estabelecem os termos do Art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, como menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, maior retorno econômico ou maior desconto.

Esses critérios são definidos com o objetivo de considerar todo o ciclo de vida do contrato, de forma a escolher a proposta que ofereça o melhor resultado para a Administração Pública. O critério de menor preço, frequentemente, adotado por ser o mais vantajoso, pois aumenta a competitividade entre as empresas participantes e assegura que a proposta vencedora atenda aos requisitos do edital com o menor custo possível, resultando em economia para a Administração Pública.

A configuração adotada é a forma de concorrência eletrônica, modo de disputa aberto e fechado, do tipo Menor Preço Global, regime de execução Empreitada por Preço Unitário.

A contratação em comento não tem caráter continuado, devendo ter a duração definida a partir do cronograma de execução e dos procedimentos inerentes à gestão e fiscalização contratual, com recebimentos provisórios e definitivos das etapas da obra.

Em conclusão, a estratégia adotada é adequada e promissora, promovendo a efetiva execução das obras e o atendimento das necessidades da população local.

### **Adequação entre a solução escolhida e o potencial em atender à necessidade**

A solução escolhida, de implantação de um reservatório metálico, garante atendimento a todas as necessidades esperadas para esta obra uma vez que o material e a capacidade do reservatório são adequadas e suficientes para o local, dessa forma, garante a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

A modalidade de licitação adotada, a **Concorrência Eletrônica**, foi selecionada por ser a mais adequada às características da obra, considerando a sua complexidade técnica e os requisitos específicos do projeto. Este procedimento garante um processo competitivo e transparente, onde são avaliados não apenas os custos, mas também a capacidade técnica e a conformidade com as normas vigentes.

A utilização do critério de julgamento **Menor Preço Global** reflete a busca por otimização dos recursos públicos, garantindo que a proposta vencedora ofereça o melhor

custo-benefício para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade e a conformidade técnica dos serviços prestados.

A escolha do regime de execução, seja por **Empreitada por Preço Unitário**, foi cuidadosamente alinhada com a natureza da obra e com a necessidade de flexibilidade ou precisão nos quantitativos executados. Essa decisão assegura que a execução do projeto seja conduzida de maneira eficiente, minimizando riscos financeiros tanto para a Administração quanto para a contratada.

Em suma, a solução e a modalidade de licitação escolhidas foram criteriosamente adequadas às necessidades específicas para a implantação do reservatório. Esse alinhamento é crucial para garantir que as obras sejam concluídas dentro dos prazos estipulados, com qualidade técnica e em conformidade com as exigências legais e normativas, assegurando, assim, que o reservatório possa atender às demandas de infraestrutura de maneira eficaz e sustentável.

#### **Adequação da forma de modalidade de licitação, forma de disputa e do critério de julgamento**

A escolha da modalidade de licitação que, neste caso, foi a Concorrência Eletrônica, mostra-se totalmente adequada à complexidade e à especificidade técnica da obra a ser realizada, que é a implantação de um reservatório metálico para água potável. Esta modalidade permite uma maior participação de empresas qualificadas, assegurando que as propostas sejam competitivas e que a Administração Pública obtenha a melhor oferta em termos de qualidade e preço.

A adoção do modo de disputa **aberto e fechado** justifica-se pela combinação dos benefícios da **competitividade** e da **estratégia individual** na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Inicialmente, os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, estimulando a concorrência direta e a busca por melhores condições. Em seguida, será admitido um **lance final em modo fechado**, que permite a apresentação de uma proposta confidencial e estratégica, sem influência das ofertas anteriores, aumentando a imparcialidade e reduzindo o risco de conluio. O critério de julgamento escolhido – Menor Preço Global – é particularmente adequado para este tipo de obra, em que a precisão no orçamento e a definição clara das especificações são cruciais. Este critério garante que a proposta vencedora não só atenda aos requisitos técnicos, mas também ofereça o melhor valor pelo custo total da obra. Esse enfoque é essencial em

projetos de construção pública, onde a economicidade e a sustentabilidade financeira são primordiais.

A combinação da modalidade de licitação por Concorrência Eletrônica, o modo de disputa aberto e fechado, e o critério de julgamento por Menor Preço Global assegura que o processo seja conduzido de maneira transparente e eficiente, promovendo a participação de fornecedores qualificados e garantindo que a Administração Pública obtenha o melhor retorno possível sobre o investimento.

Em conclusão, a forma de modalidade de licitação, a forma de disputa e o critério de julgamento foram escolhidos de maneira a alinhar perfeitamente com as necessidades do projeto, atendendo tanto aos requisitos técnicos quanto às exigências de economicidade, eficiência e conformidade legal. Este alinhamento é essencial para garantir que a obra seja executada com qualidade, dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos, e com o máximo benefício para a população atendida.

## **X - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação, conforme planilha orçamentária em anexo, é de **R\$ 1.001.731,02 (um milhão, mil, setecentos e trinta e um reais e dois centavos)**.

A estimativa dos **serviços e insumos** foi elaborada com base em **tabelas referenciais oficiais de custos**, sendo adotadas as seguintes referências:

- SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, referência 09/2025;
- SICRO/MG – DNIT – Sistema de Custos Referenciais de Obras, referência 07/2025;
- SETOP/MG – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, referência 07/2025;
- SUDECAP/MG – Superintendência de Desenvolvimento da Capital, referência 07/2025.

Para os serviços e insumos não contemplados ou sem composição compatível nas tabelas referenciais, foram realizadas composições próprias, de modo a complementar a estimativa orçamentária de modo fiel ao objeto a ser contratado.

## **XI - ACESSO AO ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

☒ No presente estudo técnico o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, de forma detalhada (com

memórias de cálculo) para facilitar a elaboração das propostas dos interessados.

☐ No presente estudo técnico esta equipe identificou que o critério de julgamento deverá ser o de “maior desconto”, portanto o orçamento não poderá assumir caráter sigiloso, devendo ainda ser disponibilizado no edital o preço estimado, valor máximo aceitável.

☐ No presente estudo foi identificada a necessidade do orçamento estimado sigiloso (publicidade do orçamento após a fase de lances, no julgamento da proposta), sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, em conformidade com as justificativas a seguir:

---

De acordo com o art. 5º, §1º, este campo é obrigatório.

## **XII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia visando à realização de obra para a **IMPLANTAÇÃO DE UM RESERVATÓRIO METÁLICO DE ÁGUA POTÁVEL COM CAPACIDADE DE 150 M3 NO LOTEAMENTO RECANTO DA GAMELEIRA, DISTRITO DE COCAIS, BARÃO DE COCAIS - MG**, conforme projeto executivo em anexo, por meio de licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica**, a ser executada em regime de **Empreitada por preço unitário, conforme requisitos e diretrizes estabelecidos neste ETP e no edital.**

### **Abrangência da obra**

Implantação de um reservatório metálico de água potável, conforme projeto executivo, na área institucional 2 do loteamento Recanto da Gameleira. Este projeto visa levar abastecimento de água potável seguro e com qualidade a parte da população local.

A execução da obra seguirá o regime de **empreitada por preço unitário**, conforme definido na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), e será licitada na modalidade **Concorrência Eletrônica**, tipo **Menor Preço Global**.

A contratação será viabilizada por meio de **recursos estaduais repassados ao Município**, com **complementação por recursos próprios**, justificando a não previsão



inicial no Plano de Contratações Anual (PCA). A obra será executada em terreno previamente destinado e regularizado, com condições topográficas e estruturais compatíveis com o projeto, e deverá ser concluída no prazo máximo de **03 meses**, conforme cronograma físico-financeiro.

**Definição da localidade:** O reservatório será implantado na Área Institucional 2 do Loteamento da Gameleira, por ser um local estratégico e possuir topografia favorável para o objetivo pretendido.

**Data de execução:** O prazo de execução do contrato é de 03 meses.

### **CONDIÇÕES DAS MEDIÇÕES, FORMA DE PAGAMENTO E ÍNCIDE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

#### **MEDIÇÕES**

A Contratada deverá preencher diariamente o diário de obras para registrar os serviços realizados, estando este, a todo tempo à disposição da fiscalização no canteiro de obras. Este deverá ser feito em duas vias, sendo uma destinada à fiscalização e outra que será rubricada e entregue à Contratada. Deve-se atentar às condições da Resolução nº 1.094, de 31 de outubro de 2017 do Confea e atualizações desta.

O relatório poderá registrar também as observações e interpelações da Fiscalização, as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos serviços, as falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua inferência, as consultas à Fiscalização, as datas de conclusão das etapas caracterizadas de acordo com o prazo estipulado pela Fiscalização, os acidentes de trabalho, as respostas às interpelações da Fiscalização e a eventual escassez de material que resulte em dificuldades para execução dos serviços em tempo hábil.

As medições deverão ser entregues à Fiscalização acompanhadas de memória de cálculo, relatório diário de obra e relatório fotográfico impresso em folha A4 colorido e com descrição de cada fotografia. A medição somente será considerada aceita pela Contratante, quando entregue fisicamente toda a documentação citada, e devidamente protocolada pela Contratada junto ao fiscal responsável.

As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico. As



unidades de medida para cada serviço ou material serão as mesmas constantes em planilha orçamentária e composição de custos.

**Apenas deverão ser medidos os serviços em sua integralidade, não sendo objeto de medição serviços incompletos, mero fornecimento de material, serviços que tenham sua solidez vinculada à outra atividade ainda não concluída ou que possam ser danificados na execução de outras tarefas pela contratada.**

### **REAJUSTE DE PREÇOS**

Os reajustes, caso se façam necessários serão efetuados observando-se o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), este índice monitora a evolução dos preços de materiais, serviços e mão-de-obra mais relevantes para a construção civil, deste modo é o mais adequado para esta contratação por se tratar de uma obra que está diretamente relacionada com os critérios avaliados por este índice.

### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Todos os serviços deverão ser aprovados pelo fiscal antes de sua medição. As medições serão realizadas com base nos serviços unitários executados, conforme detalhado na planilha de referência, e deverão ser comprovadas pela memória de cálculo e pelo relatório fotográfico, obrigatório para os trabalhos de campo. Os serviços poderão ser rejeitados total ou parcialmente caso não atendam às especificações da Ordem de Fornecimento, do Termo de Referência ou da proposta. Se forem identificadas irregularidades, especificações incorretas ou não conformidades com os padrões estabelecidos, a secretaria responsável solicitará a correção, que deverá ser realizada dentro do prazo acordado entre as partes. O não cumprimento do prazo para a correção resultará em notificação, suspensão dos pagamentos e aplicação das penalidades pertinentes.

Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal;

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da proponente;

- III. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho e;

Os pagamentos ocorrerão em até 30 dias após o recebimento da nota-fiscal e dos documentos relacionados em I a VI. A medição dos serviços será por preço unitário. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos para a Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pela Contratante;

Sobre o valor devido à Contratada, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis;

### **DAS GARANTIAS**

Solicitar garantia para a execução de obras diante da Lei 14.133/2021 é fundamental para assegurar a conclusão satisfatória dos projetos e proteger os interesses das partes envolvidas. A exigência de garantia proporciona segurança tanto para o contratante quanto para o contratado, minimizando os riscos de inadimplência, atrasos ou problemas na qualidade da obra. Além disso, a garantia para execução de obras contribui para a prevenção e solução de eventuais impasses durante o processo, promovendo a confiança e estabilidade nas relações contratuais. Dessa forma, a solicitação de garantia está alinhada com os princípios de eficiência, transparência e responsabilidade que norteiam a Lei 14.133/2021, promovendo uma execução mais segura e eficaz dos projetos de engenharia.

Deste modo, com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, em conformidade com o Art. 96 da Lei 14.133/2021, será exigida prestação de garantia no valor de 5% (cinco por cento) referente ao valor inicial do contrato.

Também será exigida a garantia adicional para propostas inferiores a 85% do valor orçado pela Administração, tal como previsto na referida lei, no artigo 59, parágrafo 5º:



(...)

*5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.*

Forma: Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A garantia será prestada com vistas a manter o serviço em perfeitas condições, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

Conforme Art. 122 da lei nº 14133/2021:

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Fica autorizada a subcontratação de serviços em até o limite máximo de 3,59%, correspondente as parcelas descritas abaixo:



- LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA PARA ATÉ VINTE (20) PONTOS REFERENCIAIS, INCLUSIVE ESTACA (PIQUETE) DE MARCAÇÃO; (0,29%)
- FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 25 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO (FUNDAÇÃO); (1,73%)
- FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, AUTO-ADENSÁVEL, COM FCK 30 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ACABAMENTO; (0,75%)
- FORNECIMENTO POR REDES DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIAS TRIFÁSICAS (127/220V) – LIGAÇÃO A 4 FIOS – FAIXA C2 – DEMANDA 24,1 KVA ATÉ 30,5; (0,65%)
- SERVIÇOS DE SERRALHERIA; (0,17%)

Informa-se que a empresa licitante será corresponsável pela execução do contrato em relação às obrigações assumidas pela subcontratada, devendo acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste documento ou ainda na legislação pertinente:

- Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de fornecimento à CONTRATADA;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste documento;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste documento e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste documento;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela



Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente documento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste documento ou ainda na legislação pertinente:

- Entregar o objeto conforme fixado, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- Cumprir todas as obrigações constantes neste documento, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Realizar os serviços em perfeitas condições, conforme especificação, prazo e local estipulados, constantes no Estudo Técnico Preliminar;
- Responsabilizar-se tecnicamente pelos objetos constantes no Estudo Técnico Preliminar;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste documento;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;
- Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no





contrato;

- Zelar para que seu pessoal mantenha a disciplina nos locais da prestação, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Município de Barão de Cocais, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição de qualquer empregado da empresa a ser contratada que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Responsabilizar-se por todos os materiais, ferramentas e equipamentos, bem como toda mobilização e desmobilização destes e da mão de obra necessários a execução do objeto
- Em caso de atraso na execução dos serviços, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual.
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste documento ou ainda na legislação pertinente.

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de



mensagem eletrônica para esse fim.

- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **PREPOSTO**

- O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- O Contratado não estará obrigado a manter preposto da empresa em tempo integral no local da execução do objeto, salvo quando este preposto for o encarregado ou engenheiro responsável pela obra, que deverá permanecer no canteiro durante as horas previstas na planilha orçamentária, conforme o item correspondente à administração local.
- O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **FISCALIZAÇÃO**

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer

inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

- O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.
- O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.
- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- O fiscal do contrato participará da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;
- O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- O fiscal do contrato examinará a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicará ao gestor do contrato para providências cabíveis;
- O fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato,



mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

- A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo Contratante.
- A existência de fiscalização por parte da contratante, de nenhum modo diminui, exclui ou altera a responsabilidade da contratada, na prestação dos serviços a serem executados.
- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **GESTOR DO CONTRATO**

- O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização;
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- O gestor do contrato coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e verificar a necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- O gestor do contrato requererá junto à Coordenadoria de Contratos e Atas, em tempo hábil, a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Coordenadoria de Contratos e Atas para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- O gestor do contrato elaborará o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas



durante a execução do contrato;

- O gestor do contrato coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;
- O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor: Mateus Venuto Bittencourt de Oliveira

Fiscal: Bruna Thauana Da Silva Teixeira Ferreira

Ordenadores de Despesa: Mateus Venuto Bittencourt de Oliveira

### **CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

O recebimento dos serviços e obras executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas: Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

#### **a) Recebimento Provisório**

Nos termos do inciso I, alínea “a”, do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o Recebimento Provisório será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão integral do objeto contratado e solicitação oficial da CONTRATADA, devendo a vistoria ser realizada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados do protocolo da solicitação formal.

Nesta etapa, será emitido o **Termo de Recebimento Provisório**, condicionado à entrega, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos e materiais:

- Catálogos, folhetos, manuais de montagem, operação e manutenção de todas as instalações, equipamentos e componentes relacionados ao objeto do contrato;
- Certificados de garantia dos materiais e equipamentos aplicados;
- Testes de campo, quando cabível;



- Demais documentos técnicos e comprobatórios quando aplicáveis;

Após a vistoria, a FISCALIZAÇÃO elaborará relatório contendo eventuais pendências, correções ou complementações necessárias ao Recebimento Definitivo, fixando prazo para sua execução.

Durante a execução contratual, serão realizadas medições mensais, que servirão de base para os pagamentos parciais, mediante ateste da FISCALIZAÇÃO, sem que isso caracterize recebimento definitivo do objeto.

Ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **b) Recebimento Definitivo**

Conforme o disposto no inciso I, alínea “b”, do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o Recebimento Definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

O recebimento definitivo ocorrerá após a execução das correções e complementações indicadas no termo provisório e nova solicitação formal da CONTRATADA, com vistoria final pela FISCALIZAÇÃO e/ou Comissão de Recebimento.

Constatada a perfeita execução e conformidade com o projeto, especificações técnicas e demais obrigações contratuais, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, encerrando-se a execução física do objeto.

O prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo será definido pela FISCALIZAÇÃO no momento da entrega do Termo de Recebimento Provisório, considerando as correções, complementações e demais ajustes indicados no respectivo relatório.

Esse prazo não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias contados da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo prorrogação devidamente justificada pela Administração.

#### **c) Garantia e Responsabilidade**

O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA das responsabilidades pela solidez, segurança e qualidade da obra ou serviço, nem das obrigações ético-profissionais

pela perfeita execução do contrato, conforme os §§ 2º e 6º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

*§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.*

*§ 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.*

### **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE GLOBAL E UNITÁRIO DE PREÇOS**

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

- Valor global: valor igual ou abaixo daquele estipulado pela Administração;
- Custos unitários: valores iguais ou abaixo daqueles estipulados pela Administração.

O interessado que estiver melhor colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração. Para fins de avaliação de exequibilidade será exigida a apresentação também da composição dos custos unitários.

### **XIII- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

De acordo com o artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto em

uma licitação só deve ser evitado quando certas condições estratégicas ou técnicas assim o justificarem, como economia de escala significativa ou a integridade de sistemas técnicos que poderiam ser comprometidos pela divisão.

Para o projeto de implantação do reservatório metálico, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

Considerando o caráter integrado e a complexidade do projeto do reservatório metálico, a decisão é pela NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que tal divisão implicaria, além de potencialmente elevar os custos de gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a coerência na execução e a qualidade do resultado.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade e integridade do projeto sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem

cautelosa, que valoriza a entrega de uma infraestrutura robusta e durável para a comunidade.

#### **XIV - RESULTADOS PRETENDIDOS**

A implantação do reservatório metálico de água potável no Loteamento da Gameleira no Distrito de Cocais visa alcançar os seguintes resultados concretos:

- Oferta de água potável para a população local de forma regular, segura e com qualidade;
- Pode atender novas áreas urbanas em crescimento;
- Garante fornecimento de água mesmo em situações de falhas temporárias no fornecimento principal;
- Pode reduzir o desempenho hídrico, reduzindo as perdas.

Esses resultados convergem para o fortalecimento da disponibilidade de água potável no local, promovendo maior segurança para a população.

#### **XV - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE AO CONTRATO**

Não foram identificadas providências a serem tomadas.

#### **XVI - CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**Contratações interdependentes:** Para a completa execução do objeto principal deste contrato, torna-se indispensável a contratação de um sistema de tratamento da água.



A cloração é um método amplamente utilizado devido à sua eficácia, baixo custo e capacidade de manter um residual de cloro na água para proteger contra novas contaminações.

Essa contratação é considerada interdependentes e essenciais para a integralidade e funcionalidade do projeto, devendo ser executadas de maneira simultânea e coordenada com o objeto principal.

## **XVII - IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

- Consumo de recursos naturais: a construção civil é uma das maiores consumidoras de recursos naturais, especialmente materiais como areia, pedra e madeira. Para a implantação do reservatório esses materiais serão utilizados apenas para execução da fundação;
- Poluição atmosférica: as obras geram emissões de poeira e gases de veículos e maquinário, impactando a qualidade do ar. Uso de equipamentos menos poluentes e controle rigoroso do pó são medidas recomendadas.
- Geração de resíduos: a construção civil produz uma quantidade significativa de resíduos. Por isso, a segregação, reciclagem e disposição adequada dos materiais são essenciais para minimizar os impactos.
- Consumo de água: o alto consumo de água em canteiros de obra pode atingir reservas hídricas locais. Por esse motivo, sistemas de reuso de água e eficiência na utilização são fundamentais.
- Recomenda-se que a contratada deverá adotar as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009; Resolução Conama Nº 340, de 25 de setembro de 2003, bem como da Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos que por ventura possam surgir.

## **XVIII - EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Considera-se que, no quesito saúde financeira da futura contratada, a Administração deve possuir zelo razoável e se posicionar dentro dos limites previstos na Lei. Não poderá jamais desdenhar de tal aspecto e permitir que aventureiros venham a vencer o certame e não terem o fôlego necessário à conclusão dos trabalhos.

A administração Pública entende por bem dar tratamento adequado às respectivas exigências.

Diante de razões tais, recomenda-se que o Edital fixe exigências de habilitação compatíveis com a dimensão física do empreendimento, conforme admitidas na Lei n. 14.133/21, como é o caso da fixação dos índices financeiros da empresa, que guarda

relação com o art. 69, §5º, da Lei n. 14.133/21, que dispõe:

*Art. 69.*

*“A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório[...].”*

*(...)*

*§5º.*

*“É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.”*

É certo que a solidez financeira, assim como a técnica, é parâmetro eficiente a apontar potencial sucesso ou insucesso na execução do objeto contratual, apresentando os índices financeiros como uma das ferramentas que dispõe a Administração para se resguardar do risco de o empreendimento vir a ser assumido por empresas que detenham insuficiente consistência para execução do objeto.

Nesse contexto, cabe à Administração a obrigação de fixar as exigências de qualificação econômico-financeiras, no que se refere aos índices contábeis, sem frustrar a competitividade do certame, e observando os valores usualmente adotados no mercado para a correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato. Para tanto a Administração parte do real dimensionamento do escopo e latitude de tais obrigações contratuais, fixando, assim, índices efetivamente compatíveis com o objeto contratual perquirido.

Assim, o porte, os prazos, as características, volumes, métodos, enfim, as variáveis relacionadas à natureza dos serviços a serem contratados impõem à Administração o poder-dever vinculado de criteriosa seleção das empresas que se propõem a executar o contrato, atendendo-se, para tanto, entre outras, às condicionantes factuais relacionadas ao empreendimento.

Diante de tais considerações, a documentação relativa à qualificação econômico-financeiro é a seguinte:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:



$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\ 
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \\ 
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

Será considerada apta financeiramente a empresa que atingir os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou maiores que 1,0 (um).

- Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

Tais condições contábeis são impostas aos licitantes com o objetivo de assegurar à Administração que o futuro contratado seja pessoa jurídica financeiramente capaz para executar o objeto licitado. Cumpre informar que os indicadores financeiros utilizados são aqueles usualmente adotados no mercado, expressando liquidez entre regular e boa, capaz de viabilizar o atendimento das metas programadas e a conclusão das obras nos prazos fixados.

A orientação do TCU esclarece a necessidade de tais exigências diante do expresso no Acórdão n. 247/2003, Plenário, Relator Ministro Marcos Vileça, onde deixa claro que é suficiente a comprovação da qualificação econômico-financeiro das licitantes através da apresentação de seus índices:

São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo edital para a comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores estes índices, melhor. Um índice de LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa

não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores que 1, a empresa estará financeiramente saudável.

É, assim, imperioso que o objeto contratual venha a ser executado por empresa que detenha efetivamente boa saúde financeira, para que se garanta a solidez na execução da obra, conforme métodos construtivos, e prazos fixados nos instrumentos de regência da contratação, e assim, a segurança no êxito da aplicação dos recursos financeiros empregues na obra.

Verifica-se que tais índices guardam pertinência com o objeto licitado, limitando-se a retratar a efetiva capacidade financeira das empresas aptas a executar o empreendimento.

Ainda, justifica-se que nos termos do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir, para fins de habilitação econômico-financeira, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais. Todavia, considerando o princípio da proporcionalidade e a diretriz do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de habilitação às estritamente necessárias à garantia da execução contratual, opta-se por restringir a exigência à apresentação dos documentos contábeis do último exercício social. Tal medida é suficiente para aferir a capacidade econômico-financeira das licitantes diante das características do objeto licitado, preservando a competitividade do certame e evitando restrições indevidas à participação. Não se identificaram elementos técnicos que demandem, no presente caso, a ampliação da exigência para os dois últimos exercícios sociais.

Ademais, a apuração dos índices econômico-financeiros, como o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação e demais coeficientes extraídos do balanço patrimonial, deve refletir a realidade atual da empresa, garantindo que a avaliação de sua capacidade de execução seja baseada na situação presente. Essa interpretação, alinhada ao Parecer nº 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU, afasta a necessidade de considerar dados de exercícios pretéritos quando não houver justificativa técnica para tanto, mostrando-se mais adequado considerar a demonstração contábil mais recente como referência.

Conforme § 4º do artigo nº 69 da NLL 14.133/2021 o Patrimônio Líquido Mínimo de 10%, poderá ser exigido pela Administração, nas compras para entrega futura e na **execução de obras** e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A respeito desta medida, o STJ já se posicionou favoravelmente:

1 Resp. n 927.804/MG, 1ª T, rel. Min. José Delgado.

01/10/2007.

**2. Não se identifica nenhuma ilegalidade no fato de que, em razão da grande expressão econômica e de responsabilidade técnica, exija-se das empresas a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido em 10% do valor da contratação. Precedentes: MS 8.240/DF, DJ 02/09/2002, Rel. Min Eliana Calmon; REsp 402.711/SP, DJ 19/08/2002, de minha relatoria. (Grifos nossos)**

A exigência de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação de obra justifica-se como medida necessária para assegurar que a licitante detenha capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, especialmente em contratos que demandam investimentos iniciais significativos em mobilização, aquisição de insumos e estruturação do canteiro. Essa exigência visa reduzir o risco de interrupção ou abandono da obra por falta de recursos próprios, garantindo maior segurança à Administração Pública quanto à continuidade e regularidade da execução contratual. A exigência está amparada na Lei nº 14.133/2021, sendo considerada razoável e proporcional, conforme a complexidade e o porte da obra a ser contratada.

**A documentação relativa à regularidade fiscal das empresas é a seguinte:**

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);
- Prova de inscrição no Cadastro Municipal de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários.
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo os débitos da Seguridade Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal.
- Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011.

**XIX - EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL**

Conforme entendimento firmado no Acórdão nº 298/2024 – Plenário, nas contratações de obras e serviços, exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido pela contratante.

Dessa forma, para a pretendida contratação, requer-se a comprovação conforme os tópicos que se seguem.

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS**

O edital da presente licitação deverá exigir Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal da empresa ou responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

Deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico Operacional (CAO / CAT-O) emitidas pelos conselhos profissionais (CREA ou CAU) ou, de forma transitória até a completa implementação das certidões, Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que conste a licitante (pessoa jurídica) como executora do serviço.

Os atestados deverão estar registrados e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA ou CAU como forma de conferir autenticidade e veracidade à comprovação da execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

A documentação apresentada deverá demonstrar a capacidade operacional da licitante na execução de serviços compatíveis em características, quantidades, complexidade tecnológica e operacional, equivalentes ou superiores ao objeto da contratação pretendida.

Dessa forma, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados apresentados deverão contemplar, no mínimo, a execução das seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:

| ITEM    | DESCRIÇÃO   | UND | QUANT<br>EXIGIDA* | %<br>EXIGIDO |
|---------|---|-----|-------------------|--------------|
| 4.5.1.1 | RESERVATÓRIO TIPO TAÇA COLUNA SECA OU CHEIA, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO CARBONO ASTM A36 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 75.000L | UND | 1                 | 50%          |
| 4.3.1.1 | GRADIL SECURIFOR BRANCO FIO 4,30MM MALHA 10X1,27CM - INCLUSIVE POSTE OU EQUIVALENTE E PARAFUSO DE FIXAÇÃO                 | M   | 27,00             | 49%          |

|         |   |    |   |     |
|---------|---|----|---|-----|
| 4.5.5.1 | MOTO BOMBA LEÃO 13 ESTÁGIOS<br>6" 2 1/2" BPS TRIFÁSICA – 220/380V<br>– FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. | PÇ | 1 | 50% |
|---------|---|----|---|-----|

**\*quantidade exigida para apresentação do atestado**

O licitante, deverá apresentar também Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, dentro do prazo de validade, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Critérios para admissão de atestados:

- Serão aceitos, na licitação, tão somente atestados de capacitação técnico-operacional em que constem a licitante como empresa executora. Caso tenha havido alteração na razão social, e no atestado de capacidade técnica tenha constado o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.
- Serão considerados todos os atestados em que conste a licitante como executora única dos serviços, bem como os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizados por seu contratante, devidamente comprovado por meio de documentação pertinente. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria empresa licitante.
- Em caso de permissão de participação de consórcios: Nos atestados em que a licitante conste como consorciada, serão consideradas as quantidades definidas como executadas única e exclusivamente pela licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Para fins de comprovação desse percentual, caso não conste no próprio atestado ou certidão, deverá ser apresentada cópia do instrumento de constituição do consórcio. Caso não conste expressamente o percentual ou a definição das quantidades executadas na documentação apresentada, o atestado não será considerado.
- Não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido. Tal vedação se justifica em razão da natureza e complexidade dos serviços exigidos, os quais demandam experiência comprovada em sua execução integral, não sendo possível aferir a aptidão técnica apenas pela soma de partes ou trechos de serviços similares. Assim, cada atestado deverá, individualmente, comprovar a execução dos quantitativos e características técnicas mínimas estabelecidas, de forma a demonstrar a efetiva capacidade da empresa na realização completa do objeto pretendido.
- Os atestados não precisam, obrigatoriamente, referir-se a uma única obra ou contrato, sendo admitida a comprovação por meio de atestados distintos.

## **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Deverá ser solicitado no edital, declaração da empresa licitante, indicando profissionais como responsáveis técnicos pela futura obra, assinada em conjunto pelo representante legal da empresa e os profissionais indicados.

Os profissionais indicados pela licitante deverão participar da obra e serão admitidas substituições por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovadas pela Administração.

Os profissionais indicados deverão estar devidamente registrados no conselho de classe competente, deverão apresentar Certificado de Registro de Pessoa Física, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O Certificado deverá estar dentro do prazo de validade.

Posteriormente, na ocasião da assinatura do contrato, deverá ser comprovado o vínculo destes profissionais.

O atestado de Capacidade Técnica, deve conter detalhamento dos serviços executados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA ou CAU, comprovando que os profissionais indicados na declaração tenham sido responsáveis técnicos, nas suas respectivas atribuições, por execução de obras e serviços de características compatíveis ao objeto deste projeto básico.

Dessa forma, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, os atestados apresentados deverão contemplar, no mínimo, a execução das seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto:

- **RESERVATÓRIO TIPO TAÇA COLUNA SECA OU CHEIA, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO CARBONO ASTM A36 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 75.000L**
- **GRADIL SECURIFOR BRANCO FIO 4,30MM MALHA 10X1,27CM - INCLUSIVE POSTE OU EQUIVALENTE E PARAFUSO DE FIXAÇÃO;**
- **MOTO BOMBA LEÃO 13 ESTÁGIOS 6" 2 1/2" BPS TRIFÁSICA – 220/380V – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.**

Considerando a natureza especializada dos serviços elencados, os atestados de capacidade técnico-profissional deverão comprovar experiência compatível com as atividades descritas, sendo emitidos por profissional legalmente habilitado e com atribuições reconhecidas pelo respectivo conselho de classe para o desempenho das funções previstas.

Ressalta-se que determinados serviços exigem conhecimento técnico específico, motivo pelo qual o responsável técnico indicado deverá possuir atribuições compatíveis com os atestados solicitados.

Para fins de contratação, devem os profissionais e empresa com registro em outro Estado também possuir o visto de autuação profissional emitido pelo CREA-MG/CAU-MG, que





deverá ser apresentado no momento da assinatura do contrato.

Inicialmente, no que se refere às exigências de capacidade técnico-profissional, as parcelas exigidas nos itens anteriores foram definidas e se justificam por contemplar os itens de relevância técnica referentes ao escopo global da obra, possuindo também um significado econômico.

### **QUANTO A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL, QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO**

A comprovação de vínculo profissional formal de cada responsável técnico indicado na declaração com a contratada, será aferida mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho;
- b) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede da licitante;
- c) No caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviço
- d) Outros documentos hábeis à comprovação do vínculo profissional.

### **XX – JUSTIFICATIVA DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica.

A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção do reservatório metálico, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do

objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.



## XXI - GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

☐ Tramitação normal ☒ Alta Prioridade

A alta prioridade desta contratação justifica-se pelo fato de parte do valor designado para a obra estar vinculada a um Convênio do Governo Estadual, portanto, a administração possui prazos a cumprir para prestação de contas pactuada no Plano de Trabalho do Convênio.

## XXI - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaro, para os devidos fins, que a realização de Concorrência do tipo menor preço global com regime de execução com empreitada por preço unitário, em consonância com a Lei Federal nº 14.133 para a contratação pretendida é viável, conforme justificativas expostas acima.

Barão de Cocais, 06 de Janeiro de 2026.

---

Thawan Dias Silva Andrade  
Secretário Municipal de Projetos e Fiscalização

---

Mateus Venuto Bittencourt de Oliveira  
Secretário Municipal de Obras e Saneamento

Documento atualizado em 06 de janeiro de 2026.

